

UM PROCESSO SINGULAR DE SUBJETIVAÇÃO: DE BICHA PRETA FAVELADA A PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

Resumo

Neste trabalho, são apresentados alguns discursos normativos que interpelam um personagem – construído como sujeito de pesquisa a partir da interlocução da autora com um grupo de professores – tentando fixá-lo em identidades e posicioná-lo socialmente. A partir de sua experiência em alguns espaços de formação são discutidas questões referentes às identidades sexuais e raciais. Também são apresentadas as formas como o personagem resiste a esses discursos, constituindo sua subjetividade com e apesar das marcas identitárias a ele atribuídas – negro, pobre, gay – e ocupando papéis e espaços sociais diferentes daqueles que são atribuídos a ele pelos discursos normativos. Nesse processo, tem destaque a amizade.

Palavras-chave: subjetividade; sexualidade; raça; astúcia; amizade.

Eliana Peter Braz
braz.eliana@gmail.com

A esperteza é a arma do pobre, meu filho...¹, dizia a santa no julgamento final no Auto da Compadecida. O personagem desta história tem em comum com João Grilo – e com tantos outros anti-heróis da nossa literatura – a esperteza, a inteligência como principal arma para sobreviver. Mas, diferente de João, o personagem que aqui prencio foi e vai além da sobrevivência, ele usa sua inteligência para sair daquele espaço socialmente marcado para si. Um jovem negro, pobre, morador de além da periferia de uma cidade *do fim do fundo da América do Sul. E ainda por cima, bicha.²*

Impossível não pensar em Homi Bhabha e Certeau quando penso em falar desse sujeito. *Entre-lugares, astúcia, tática* são conceitos que me vêm. Mas também Foucault: *onde há poder há resistência* e os teóricos *queer³*, que desnaturalizam as identidades. E ainda Deleuze, Guattari e outros filósofos, que me falam da *amizade* como condição para pensar⁴.

Foi a interlocução com um grupo de amigos – doze pessoas, professores, a maioria não muito ortodoxa quanto a uma orientação sexual, quase todos *quase brancos, quase pobres como pretos* – que motivou a pesquisa que resulta, em parte, neste texto. A partir dos seus relatos – que emergiam como “práticas transformadoras ‘de situações de palavra’, de produções verbais onde o entrelaçamento das produções locutoras instaura um tecido oral sem proprietários individuais, as criações de uma comunicação que não pertence a ninguém” (CERTEAU, 2012, p. 49) – criei um personagem, Ângelo. Como a Ângela, de Clarice Lispector, *Ângelo parece uma coisa íntima que se exteriorizou. No começo só havia a ideia. Depois o verbo veio ao encontro da ideia. E depois o verbo já não era meu, nem das pessoas que entrevistei para este estudo: era de todo o mundo, era dele, de Ângelo⁵*. Com ele discuto, ao longo deste trabalho, a constituição da

¹ Ariano Suassuna. O Auto da Compadecida. Minissérie produzida pela Rede Globo e exibida em 1999. Esta fala não consta do livro homônimo.

² Trecho de entrevista.

³ A teoria *queer* abrange estudos de várias áreas humanas e analisa os processos de normalização das sexualidades, dos movimentos sociais e de modos de vida. As análises de Foucault sobre as relações entre saber, poder e sexualidade foram “o mais importante catalisador intelectual da teoria *queer*” (SPARGO, 2006, p. 8).

⁴ Para esses autores, o amigo tal como ele aparece na filosofia não designa mais um personagem extrínseco, um exemplo ou uma circunstância empírica, mas uma presença intrínseca ao pensamento, uma condição de possibilidade do próprio pensamento (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p. 10).

⁵ Trechos adaptado de “Um sopro de vida: pulsações”, de Clarice Lispector (1978, p. 13-20).

subjetividade de um sujeito interseccionado, interpelado pelas categorias de sexualidade e raça. O objetivo desta escrita é mostrar discursos que tendem a homogeneizar as identidades em espaços de formação – como a família, a escola, o trabalho – e as maneiras como Ângelo resiste, de certa forma, a esses discursos. Suas falas estão marcadas em itálico, ao longo do texto.

Entendo a subjetividade a partir das leituras de Foucault, ou seja, a maneira, os modos como nos tornamos o que somos hoje. Esses modos têm a ver com a contingência histórica, com o espaço e o tempo. A subjetividade, para Foucault, envolve processos de subjetivação engendrados por dispositivos historicamente constituídos. Tem a ver com relações de poder/saber, mas também com as posições de sujeito que o indivíduo assume ao longo de sua existência.

Poder/saber estão na ordem da produção e a subjetividade está na ordem dos efeitos. Foucault analisa a microfísica do poder, integrante das relações cotidianas, discute as condições de emergência de determinados saberes, indicando que “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1987, p. 32).

Utilizo-me da perspectiva de Foucault para delinear o que compreendo por subjetividade, mas utilizo para a análise das práticas e experiências de Ângelo também os conceitos de *entre-lugares*, de Bhabha, e *astúcia* e *tática*, de Certeau, assim como o de *amizade*, de Foucault e outros filósofos.

Bhabha ressalta a necessidade de “passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais” (BHABHA, 2013, p. 20). Ângelo se constitui em *entre-lugares*. O ser *preto*, *pobre* e *bicha* faz parte de sua constituição, mas essas categorias não são entendidas nesta escrita como determinantes de sua condição social. Ele se constitui *com* e *apesar* delas também nos encontros com a cultura de brancos, de classe média e heterossexual.

Segundo Bhabha, e é o que aposto neste trabalho, “esses *entre-lugares* fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva”

(BHABHA, 2013, p. 20). O caráter performativo das diferenças culturais explícitas nas fronteiras sociais produz significados para as subjetividades de sujeitos interseccionados.

Foucault me ajuda a pensar nesses entre-lugares também como espaços compostos por relações de poder/saber e, portanto, de resistência. Mas Certeau traz outra dimensão para compreender como se dá essa resistência, como uma *anti-disciplina*.

Esta microfísica do poder privilegia o aparelho produtor (da disciplina). [...] Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los (CERTEAU, 2012, p. 40).

Em *A invenção do cotidiano*, Certeau (2012) redefine as ideias de estratégia e tática indicadas por Foucault em *Vigiar e Punir* (1987). Para Certeau, a estratégia faz parte do discurso oficial, sancionado, legitimado – um discurso que tem objetivos específicos de regulação, sistematização, uniformidade. A tática surge da necessidade, é imediata, não tem um planejamento (é baseada no improviso). A tática busca pontos frágeis da estratégia para contorná-la, sem intenção de confronto direto ou de sobreposição à estratégia; ela subverte a estratégia no próprio jogo estratégico de forma difusa.

Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (CERTEAU, 2012, p. 101).

É essa astúcia, da qual Certeau fala, que possibilita a não conformação aos discursos normativos, ainda que estes sejam insidiosos e produzam seus efeitos em nossos modos de pensar e agir. *Somos o que somos, inclassificáveis*, canta o Ney Matogrosso. Mas a racionalidade tão cara ao pensamento moderno existe e insiste em nos definir. Ou melhor, existimos e insistimos na categorização e, de forma mais ou menos intensa, de acordo com a conveniência, buscamos identificações, identidades. Constituímo-nos como sujeitos em um processo relacional, em determinado tempo e espaço, e coube a nós – aos amigos que inspiraram a criação de Ângelo, a mim, a ti – justamente, esse espaço-tempo moderno-pós-moderno. Convivemos com as categorias que definem o sujeito moderno, mas as deslocamos, as desconstruímos, as

ressignificamos. As identidades modernas, na contemporaneidade, estão em processo de desessencialização. Aspectos biológicos, genéticos que antes validavam a naturalização dessas categorias estão sendo questionados. Não há um consenso e não estamos livres das perspectivas essencialistas do que seja ser homem, ser negro, ser gay, ser pobre etc. e dos efeitos que elas produzem na sociabilidade. Pensar-se fora desse contexto seria negar a contingência social e histórica na constituição da subjetividade.

Se há nas sociedades contemporâneas um intenso desejo de disciplinamento e controle de condutas, existem também as linhas de fuga, os deslizamentos, possibilidades de variadas formas de resistência à normatização. Segundo Foucault, onde há poder, há resistência, ou seja, não há um poder que reprime, poder e resistência são produzidos no mesmo campo e são inter-relacionados. O discurso reverso⁶ utilizado pela espécie homossexual é um exemplo desse processo, assim como as lutas dos movimentos sociais organizados e também os embates solitários de indivíduos que não se conformam à normatividade e se constituem como sujeitos em entre-lugares. A subjetividade é composta nos espaços entre o contexto social em que se vive e os movimentos individuais, o que afeta cada um.

Se não é possível analisar a constituição de da subjetividade desconsiderando as implicações dos discursos normativos, também é imprescindível observar que, por mais que queiram, eles não são totalizantes e determinantes. Sempre há formas de produzir outros modos de vida, maneiras singulares de pensar e agir.

Chamo de *discursos estratégicos*, a partir do conceito de *estratégia*, de Certeau, aqueles discursos legitimados por instituições, que se encarregam de sistematizar e regular os saberes. Esses discursos seguem a lógica da estratégia (CERTEAU, 2012, p. 94), pois permitem planejamento em relação ao tempo e ao espaço, possuem um campo de saber próprio e um poder que é preliminar a esse saber. São constituídos a partir de *regimes de verdade*, que acionam os “mecanismos e as instâncias que permitem distinguir

⁶Foucault destaca que a associação da homossexualidade com a ideia de perversão e os discursos médicos e jurídicos produzidos com o intuito de controle social a respeito da sexualidade induziram a constituição de um “discurso reverso”: “a homossexualidade começou a falar em seu próprio nome, a exigir que sua legitimidade ou ‘naturalidade’ fossem reconhecidas, muitas vezes no mesmo vocabulário, usando as mesmas categorias pelas quais eram medicamente desqualificadas” (SPARGO, 2006, p. 20).

os enunciados verdadeiros dos falsos; a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 1979, p. 12).

Esses discursos estão dispersos na cultura Ocidental, fazem parte da nossa formação como sujeitos históricos e às vezes – ou muitas vezes – nos capturam por serem legitimados como fontes confiáveis de um saber específico. A mesma política de identidades que luta pela garantia de direitos pode produzir uma forma sofisticada de exclusão. O *diferente* é assim considerado por divergir do padrão, do *normal*, e, portanto, deve justificar sua existência. O *respeito* à diferença, nesses termos, tem a perspectiva da tolerância e reafirma a hierarquização culturalmente construída para as identidades sexuais, mantendo a estabilidade do discurso heteronormativo, sem questionar os regimes de verdade que o compõem. O combate à homofobia – problema social que mobiliza muitos educadores – deve passar pela discussão desses regimes de verdade. Desconstruir o discurso heteronormativo, duvidar dos binarismos caros ao pensamento moderno, questionar as políticas de identidade e de inclusão contribuem para a desestabilização desse discurso e para a desierarquização das identidades sexuais.

Anderson Ferrari (2005) faz uma análise bastante crítica sobre os discursos produzidos com base nas políticas de identidade nos e pelos grupos gays em torno da homossexualidade e do que é o homossexual que pode ser ampliada para os discursos de alguns segmentos do movimento negro (FELIZARDO, 2009, p. 23). Ferrari indica que os grupos têm construído “um discurso e um saber com caráter de verdade, que toma corpo em comportamentos e pensamentos valorizados e recomendados” (FERRARI, 2005, p. 209). Nesses discursos há uma incitação à assunção de uma identidade como forma de engajamento político e constituição de uma *vida plena*. Não assumir uma identidade é compreendido nesses discursos como não ser *verdadeiro*.

A naturalização de categorias históricas, como sexualidade e raça, fixa identidades fora do contexto histórico e, como afirma Stuart Hall (2003, p. 345), “somos tentados a usar ‘negro’ [e eu acrescentaria *homossexual*] como algo suficiente em si mesmo [...] e

policar as fronteiras – que, claro, são fronteiras políticas, simbólicas e posicionais – como se elas fossem genéticas”.

Em relação à sexualidade, “o sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, juntamente com o devir de nossa espécie, nossa ‘verdade’ de sujeito humano”, como lembra Foucault (1979, p. 229). A proliferação do discurso sobre o sexo nos últimos séculos constituiu na sociedade Ocidental uma ciência subordinada à moral – a *scientia sexualis* –, que inscreve a confissão como um ritual de produção de verdade e individuação. Essa prática foi de tal forma incorporada que não se percebe a confissão como efeito de um poder de coação. Ao contrário, ela passou a estar ligada à ideia de liberdade e o silêncio a ser entendido como efeito do poder, que a confissão viria a libertar. Há uma unificação do discurso produzido a respeito da expectativa do engajamento em uma causa comum, mesmo que, de certa forma, isso acabe por constituir uma normativa, uma forma *politicamente correta* de ser homossexual ou, em alguns casos, de ser negro.

Ângelo, embora não se considere organicamente comprometido com essas identidades, constantemente é interpelado por esses discursos que de várias maneiras intentam naturalizá-las. Na família, na escola, enfim, na sociedade ensina-se e aprende-se como devemos nos comportar de acordo com nosso sexo ou gênero a partir de normas regulatórias (BUTLER, 2003, 2010a, 2010b).

Paul Gilroy (2007) denomina de *raciologia* o regime de verdade que institui a categoria raça e, em consonância com o pensamento de Judith Butler, chama de *racialidade compulsória* a necessidade de inscrição do sujeito nessa categoria. Segundo o autor, as retóricas multiculturalistas e antirracistas permanecem enredadas em um continuado discurso de essencialização da diferença. Seguindo a lógica da teoria *queer*, acredito que seja produtivo para esta análise discutir o lugar da racialidade nas relações sociais. O conceito de *performatividade de gênero*, elaborado por Judith Butler (2010a), pode ser deslocado e/ou ampliado para a análise do aspecto racial como uma ferramenta para a desnaturalização e desessencialização do que seja *ser negro*. Assim como a expressão heterossexualidade derivou da expressão homossexualidade – a

branquitude/branquidade⁷ surge a partir da noção de negritude, buscando dar visibilidade ao que ficou estabelecido como referência que não precisa ser nomeada.

Nesse exercício de desconstruir e pensar sobre essas relações, utilizo a expressão *brancorracionalidade*, em analogia à heterorracionalidade. Claro que são relações diferentes entre sexualidade e racialidade, mas deixo em suspenso essa diferença por enquanto. Quero pensar na normativa que faz com que brancos e negros pensem e ajam segundo regras que nem sempre estão evidentes, mas são subjacentes a um tipo de racionalidade. A *branconormatividade*, assim como a heteronormatividade, é um regime de verdade a que estamos submetidos, independente da cor da pele ou da sexualidade de cada um.

Há uma heterorracionalidade que busca uma identidade fixa, que deve orientar o pensamento: “o normativo, o legalizado, o aceito, o natural, em oposição ao monstro, ao fora da lei, ao rejeitado, ao artificial” (SILVA e VIEIRA, 2009, p. 196). Entendo que existe também uma *brancorracionalidade* que se pauta pelo mesmo dualismo, com suas regras e exceções. Assim como homossexuais e heterossexuais não estão livres de uma racionalidade heteronormativa, brancos e negros também não estão livres de uma racionalidade *branconormativa*. Talvez por isso a discriminação muitas vezes não seja percebida como tal, pois é mascarada por esses regimes de verdade. Talvez por isso, na família de Ângelo dizer, *por exemplo aquele nego isso, aquele nego aquilo, usando “negro” de forma pejorativa era algo corrente, algo cotidiano. Nunca se problematizou... Nunca ocorreu que pudesse ser ofensa dizer isso, embora fosse utilizado nesse sentido*⁸.

A família colabora no processo de normatização ao tentar adequar os indivíduos ao *socialmente aceito*. Comportamentos que indiquem um desvio à heterossexualidade são detectados como anormais e, a partir desse pressuposto, são efetuadas tentativas de correção.

⁷ No Brasil, a maioria dos pesquisadores sobre a identidade racial branca utiliza o termo “branquitude”, como contraponto à negritude. A partir de 2004, com o lançamento do livro *Branquidade: Identidade branca e multiculturalismo*, da norte-americana Wron Ware, a expressão “branquidade” passou também a ser utilizado.

⁸ Trecho de entrevista.

Uma vez... a gente vendo uma revista Manchete⁹... eu nunca mais esqueci disso... A gente vendo a revista Manchete, e tinha uma foto do Gala Gay¹⁰, nós estávamos sentados, no quarto, na cama da minha avó, e a minha mãe me dizia "Isso aqui é feio, isso aqui não se faz". Ela tinha um pânico...

A constituição da subjetividade oscila entre o acolhimento, a identificação e a resistência a essas normativas que criam diferenças a partir de um padrão. Cada uma dessas diferenças produz um tipo particular de opressão e articuladas produzem a ideia de seres mais ou menos abjetos, de acordo com o distanciamento ou aproximação com a norma, em determinados tempos e espaços.

A escola, por exemplo, local de convívio intenso com a diferença, não deixa de buscar a homogeneização de comportamentos, o que pode ser compreendido como uma estratégia utilizada para educar e formar sujeitos acordes com as normas e suas hierarquizações. O próprio silêncio da instituição em relação à diferença¹¹ é uma estratégia, mas apesar dele, fala-se – e muito – de sexualidade e raça na escola, porém são os *enunciados ilícitos* que se destacam, a forma pejorativa como são identificados os sujeitos que destoam da norma. Isso fica explícito nas pesquisas de Miriam Abramovay (2009) e da Fundação Perseu Abramo (2009): a homofobia é a forma de discriminação mais frequente no ambiente escolar, seguido da discriminação por raça.

*A escola me trouxe noções de marcas, mas sempre na marca de ser bicha. Eu não lembro de a marca de ser preto ter interferido na minha vida escolar, por exemplo. Eu fui perceber isso lá, depois [...]*¹²

Talvez porque as discussões sobre racismo sejam mais consolidadas na nossa cultura, talvez porque racismo seja crime¹³ e homofobia não, a discriminação contra

⁹A revista Manchete foi publicada semanalmente de 1952 a 2000 e utilizava, como principal forma de linguagem, o fotojornalismo.

¹⁰ Baile de Carnaval tradicional do Rio de Janeiro. A revista Manchete fazia uma cobertura fotojornalística desses bailes, com imagens, no mínimo, “irreverentes”.

¹¹ Pesquisas como as de ALMEIDA (2009); QUARTIERO (2009); SILVA (2008); JOCA (2008) etc. apontam que os discursos oficiais das instituições escolares silenciam a respeito de expressões não normativas da sexualidade no ambiente escolar.

¹² Trecho de entrevista.

¹³ O racismo foi incluído como crime hediondo na Constituição de 1988. A criminalização da homofobia tem sido alvo de debate, mas não configura como crime na legislação brasileira.

negros é mais sutil do que a discriminação contra LGBTs e as vítimas dessas formas de discriminação nem sempre as percebiam como tal¹⁴.

Nos primeiros anos de escolarização, naquela fase da vida em que se é inserido em um espaço de socialização intensa, onde vão ser aprendidos os códigos de civilidade e os valores sociais, em que se procura ser aceito pelo outro, expressões que fogem à norma são vistas como algo de valor menor, como algo desprezível e até repugnante. O espaço físico, a distribuição de carga horária das disciplinas, os conteúdos estudados remetem a formação de um sujeito que precisa se adequar a normas, a padrões de existências legíveis. Cada rede de ensino, cada escola, cria seu regime de verdade como uma política geral da verdade. Institui com isso discursos que são legítimos e legitimadores da verdade – de sua verdade institucional, portanto de sua ética. Os professores carregam consigo a sua formação cultural, suas ideias sobre justiça, moralidade, ética e na escola, especialmente, pelo seu contato direto e frequente com os alunos, para além da função de ensinar conteúdos específicos, são adultos de referência e legitimam esses regimes de verdade.

Ângelo, como muitos outros, estigmatizados por normas que marcam a diferença pejorativamente, não era um *corpo que importasse* – como reafirmaram algumas professoras e a diretora de uma escola em que Ângelo estudou quando sua mãe foi reclamar das agressões que o filho vinha sofrendo: - *É que ele tem um jeito... ele corre com as mãos pra cima, ele caminha rebolando. Quando os guris mexem com ele, chamam ele de bichinha, ele responde como uma bicha mesmo...*

Como bem comentou Rogério Junqueira, em uma situação semelhante: “somente uma fúria disciplinar heterorreguladora pode fazer alguém identificar/antecipar e atribuir (como em uma sentença condenatória) homossexualidade a uma criança e não se inquietar diante da violência a que é submetida, coletiva e institucionalmente” (JUNQUEIRA, 2012, p. 76).

Se na escola a marca de ser negro era menos relevante do que a marca de ser gay,

¹⁴ Na pesquisa de Miriam Abramovay, os índices relativos aos preconceitos *sofridos* na escola diferem substancialmente dos *observados* pelos alunos: o de homofobia de 63,1% (observado) para 3,9% (sofrido); de 55,7% (observado) para 12,6% (sofrido) em relação ao racismo (ABRAMOVAY, 2009, p. 190).

na universidade, a vida acadêmica deu a Ângelo a dimensão do que pode significar ser negro nesse espaço.

*Em uma aula sobre cultura brasileira, o professor estava falando de cultura negra, e eu e uma colega, também negra, opinamos em alguma coisa e ele disse que a nossa opinião não era válida porque nós não éramos negros de verdade. E nós perguntamos por que nós não éramos negros de verdade. E ele: Ah, vocês estão aqui, estudam na universidade, andam super bem vestidos...*¹⁵

Mesmo parecendo querer se distanciar de uma concepção essencialista, esse professor, ao mesmo tempo em que duvida da origem étnica desses dois estudantes para definição de raça, não deixa de estabelecer um lugar definido para um negro *de verdade*, que não seria nos bancos da academia, segundo ele. Mas, “[...] as bases tradicionais da identidade racial são dispersadas, sempre que se descobre serem elas fundadas nos mitos narcisistas da negritude ou da supremacia cultural branca” (BHABHA, 2013, p. 77). Ângelo se identifica como negro muito mais pela cor da pele do que pelas suas *raízes* negras. *Por frequentarmos a universidade e nos vestirmos bem, deixamos de ser negros de verdade?* – ele questiona. Segundo Bhabha, o que se deve interrogar “não é simplesmente a imagem da pessoa, mas o lugar discursivo e disciplinar de onde as questões de identidade são estratégica e institucionalmente colocadas” (BHABHA, 2013, p. 89). Ângelo não é, mesmo, um negro *de verdade*, se ser negro *de verdade* for subentendido como aquele que adere a uma cultura negra ou que assume uma identidade racial como prerrogativa para se posicionar socialmente. Ângelo se situa em entre-lugares, em zonas de contato “que questionam as divisões binárias através das quais [...] as esferas da experiência social são frequentemente opostas espacialmente” (BHABHA, 2013, p. 38).

Não foi por acaso que a vida acadêmica *acordou* Ângelo *para o fato de ser negro*. Segundo o IPEA¹⁶, a taxa de negros cursando o ensino superior no Brasil no período em que frequentou o curso de Artes Visuais foi de 2% (1998) a 3,8% (2002).

Nos espaços onde Ângelo circula não é comum o protagonismo de negros como intelectuais, mas ele afirma sua posição, desconsiderando essa normativa. De alguma

¹⁵ Trecho de entrevista.

¹⁶ IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

forma, ele produz maneiras de se inserir nesses espaços e viabilizar sua atuação profissional. Ser especialista em uma cultura elitizada lhe confere um poder/saber que ele emprega nesse sentido. Mas também, as relações de amizade que Ângelo constitui lhe permitem esse acesso.

Foucault, em seus últimos trabalhos situa a amizade no campo da ética e da estética da existência, como alternativa de resistência à sujeição, modulada por relações reducionistas da modernidade. Em suas últimas entrevistas, na década de 1980, associa a amizade a um *modo de vida gay* por entender a transversalidade que as relações homossexuais poderiam propiciar como fuga à institucionalização dos afetos, por “reabrir virtualidades relacionais e afetivas” (FOUCAULT, 1981, p. 3) e criar novos modos de vida que vão além das identidades.

Nessa perspectiva, a amizade, como forma de relação não institucionalizada, pode ser entendida como elemento de resistência à normalização dos afetos. Nas relações institucionalizadas, como na família, por exemplo, os afetos são modulados por regras pré-existentes às relações, à experiência. A amizade, por não pressupor a manutenção de vínculos – os vínculos podem ou não ser mantidos, vão sendo formulados ao longo do processo – possibilita a diferenciação de si na relação com o outro, não há papéis prévios a serem desempenhados. A amizade, nesse sentido, é uma experiência afetiva, intensa e não subordinada a regras pré-estabelecidas, por isso seu caráter transgressivo e inovador.

Se a afetividade, como diz Sovik (2005), é uma forma de manter o *status quo* nas relações raciais no Brasil, Ângelo a utiliza, sabiamente, para se movimentar nesses espaços. De forma alguma estou dizendo que Ângelo busca essas relações de amizade por interesse, por ver ali possibilidades de tirar proveito das pessoas. As pessoas são, para Ângelo, como os livros, como outras formas de produção cultural. Ele se interessa por elas pelas possibilidades de ampliação de si. Ele não se interessa por uma produção cultural pensando o que poderá fazer em termos práticos com aquele material, com aquele conhecimento. Claro que ele sabe que em determinadas circunstâncias o conhecimento acerca daquela produção cultural poderá lhe ser útil, mas não é isso que o move. Ele quer conhecer o mundo, ampliar o seu mundo. Pouco se importando com

questões de classe, de gênero e de cor, Ângelo não tem preconceitos desse tipo para estabelecer amizades. O que lhe interessa, muitas vezes, não é nem o caráter ou a posição política, mas o envolvimento artístico e intelectual. Ângelo não se vê como o outro nos lugares onde transita, pois o que entende é que é o seu saber que o aproxima, que lhe dá direito a estar naquele espaço. Se o espaço é cheio de frivolidades e falsas ostentações, ele se diverte com isso. Desfruta as frivolidades, ri das falsas ostentações. “A fraqueza em meios de informação, em bens financeiros e em ‘seguranças’ de todo o tipo exige um acréscimo de astúcia, de sonho ou de senso de humor”, como diz Certeau (2012, p. 43). Se muitas vezes, é tido como algo excêntrico, se percebe que o estão tratando como algo exótico, lança mão dos seus saberes, dos seus conhecimentos artísticos e retóricos e faz valer sua autoridade intelectual. As maneiras de “frequentar um lugar” abre “uma possibilidade de vivê-las reintroduzindo dentro delas a mobilidade plural de interesses e prazeres, uma arte de manipular e comprazer-se” (CERTEAU, 2012, p. 49). *Eu nunca assumi muito o papel de coitadinho... pelo contrário, se eu criei uma estratégia de afirmação, a minha estratégia de afirmação foi sempre ao contrário, foi afirmação do tipo “Sim, eu estou aqui, eu sou competente, sim, sim, sim, eu sei do que eu conheço, eu sei do que eu posso, eu sei do que eu sou capaz”.*¹⁷

No final de 2010, Ângelo foi nomeado professor universitário. *Achei meu lugar no mundo!* foi seu comentário após a primeira aula na universidade. Mas, algumas semanas depois, ouviu de uma colega, após uma discussão: “Como uma bicha preta favelada chega a ser professor de uma universidade?”

Se, em um curso de Arte, ser gay é da ordem das coisas¹⁸, como intelectual, o lugar do negro na academia brasileira é quase o da absoluta ausência e negação. Menos de 1%, conforme Carvalho (2006, p. 92).

Como salienta Ana Amélia Laborne, ser professor universitário exige capacidade de argumentação, reflexão teórica e comunicação, predicados que Ângelo tem de sobra, mas “no contexto do racismo, estes, porém, são atributos próprios do branco. [...] O negro que se inseriu academicamente acaba tendo que viver em constante alerta, como

¹⁷ Trecho de entrevista.

¹⁸ Trecho de entrevista.

que a responder a todo o tempo indagações sobre o seu direito e capacidade de ocupar o lugar do conhecimento” (LABORNE, 2012, s/p).

Passado algum tempo, pergunto a Ângelo como tem sido o seu trabalho após o episódio.

*Olha, fizemos a reforma no currículo e todos os pontos que eu sugeri foram aceitos... porque outros colegas apoiaram as minhas sugestões, porque eram boas mesmo. A Fulana aquela tem tentado se aproximar de mim, eu trato ela bem, com educação, porque sou educada. [...] Sigo fazendo como sempre... ignoro a ignorância... Eu quero mais é me preocupar com as minhas aulas, com os meus alunos...*¹⁹

Ignorar a ignorância, olhar à frente, apostar no aprimoramento intelectual, investir em amizades produtivas, pelo que ele conta e pelo que observo, tem sido a tônica de Ângelo desde sempre. Não é que não sofra, que não se sinta agredido, que ignore no sentido de não perceber. Desde que ingressou na universidade como aluno, os preconceitos sofridos ficaram mais palpáveis. Esse ignorar significa um esforço para ser indiferente à discriminação, não se deixar paralisar por ela.

*Há pouquíssimo tempo atrás é que eu parei pra me perguntar isso... será que eu ajo, será que deveria ter uma consciência de raça que eu não tenho... mas acho que não... Eu nunca fui ligado aos movimentos gays, ao movimento negro, eu nunca fiz parte da associação de moradores do bairro Navegantes... Eu nunca comprei essas bandeiras, eu sempre fui transitando pelas coisas, independente dessas marcas. A diferença hoje é que eu consigo olhar pra alguns momentos da minha trajetória e consigo ver que em alguns momentos essas marcas estavam pesando, só eu não percebia isso... [...] Por exemplo, quando eu dou uma opinião que difere da que está circulando, pela forma como eu coloco as minhas ideias... o tom da minha voz é alto, empostado. Os meus movimentos, a forma como eu afirmo as coisas enfaticamente é sempre lida como arrogância, "ele é muito arrogante", e esse muito arrogante vem sempre acompanhado da ideia de que eu não conheço o meu lugar... Esse é o problema.*²⁰

¹⁹ Trecho de entrevista.

²⁰ Trecho de entrevista.

O problema de Ângelo ser assim não parece ser propriamente um problema dele, mas de uma sociedade que tenta fixar espaços, comportamentos, posições de sujeito hierarquizadas, através de normas que privilegiam uns em detrimento de outros. A heteronormatividade e a *branconormatividade* exigem dos que não são a referência um comportamento submisso. Eles podem ser *tolerados*, mas não devem ousar transpor os limites estabelecidos pela hierarquia naturalizada.

As formas com que Ângelo lida com essas situações apontam para a afirmação de si como sujeito em equidade de condições. Ângelo não se submete a uma opinião sobre si em termos profissionais se esta não for baseada nos valores com os quais compactua, quais sejam competência, conhecimento intelectual, experiência de vida. Escapa das tentativas de captura ao não responder à interpelação subentendida nos discursos sobre raça e sexualidade. Ele não se posiciona como negro para responder ao racismo, não se posiciona como homossexual para responder à homofobia; ele desloca a discussão para o campo da racionalidade em que essas marcas não podem ser requisito para a avaliação.

O personagem é constantemente interpelado por essas categorias e mesmo não estando livre delas, as formas como responde às interpelações indicam não conformidade à hierarquização baseada nesses atributos. Ele não nega uma identidade gay, como também não nega uma identidade negra, mas não as coloca como prioridade, como algo que vem antes e a partir delas – dessas identidades – pensa e age. Se muitas vezes, de certa forma, adere ao que chamo de uma das estéticas gays contemporâneas – com alguns clichês reconhecíveis, como os modos de vestir, modos de falar, modos de dançar – também outras estéticas fazem parte de sua composição. Ele é atravessado pelas identidades de raça e sexualidade como é atravessado pelas identidades de ator, de professor, de filho, de amigo e outras tantas. Através delas encontra também o seu lugar, mas o compromisso que tem com essas identidades é antes um compromisso ético do que uma subjetivação por discursos estratégicos. O compromisso de não se deixar capturar, de não perder potência para a ampliação de seus territórios existenciais.

Sem negar a importância dos movimentos sociais e das políticas de identidades, considero, para concluir, que explicitar os discursos normativos, dando visibilidade as suas condições de emergência a partir de situações cotidianas, bem como as formas

como sujeitos ordinários – talvez não comprometidos formalmente com os discursos das políticas de identidades – também é uma forma de se contrapor e desconstruir os regimes de verdade racistas, androcêntricos, homofóbicos que perpassam a constituição das subjetividades contemporâneas. Não se trata de ser indiferente à diferença, mas desviar o foco, pensar a partir de outro ponto de vista, onde os acontecimentos são singulares e, como tal, não previsíveis na lógica de uma matriz identitária, na qual tudo possa estar definido. Esta perspectiva não tem a intenção de criar modelos, propor caminhos ou soluções. Ela indica múltiplas formas de se produzir singularidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam (coord.). Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009.

ALMEIDA, Neil Franco de. A diversidade entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero. 2009. 241f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Tradução: Myrian Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In LOURO, Guacira (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 151-172.

BUTLER, Judith. Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivo del “sexo”. Tradução: Alcira Bixio. 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2010a.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.

CARVALHO, J. J. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. Revista da Universidade de São Paulo, n.68, p. 88-103, dez.-fev, 2005-2006.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano 1: artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. O que a Filosofia? Tradução Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munoz. São Paulo. Editora 34, 1992.

FELIZARDO, Marina do Nascimento Neves. Negras Marias: Memórias e Identidades de Professoras de História. 2009. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

FERRARI, Anderson. Quem Sou Eu? Que Lugar Ocupo? Grupos Gays, Educação e a Construção do Sujeito Homossexual. 2005. 226f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FOUCAULT, Michel. Da amizade como modo de vida. De l'amitiécommemmode de vie. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. Le Bitoux, publicada no jornal GaiPied, nº 25, abril de 1981, pp. 38-39. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <www.filoesco.unb.br/foucault>. Acesso em: 14nov2012.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: MACHADO, Roberto (org.). Michel Foucault: microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GILROY, Paul. Entre campos: nações, cultura e o fascínio da raça. Tradução: Célia Maria Marinho de Azevedo et al. São Paulo: Annablume, 2007.

HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura negra. In: HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Tradução: Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Indicadores da Educação. 4. edição, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_educacao.html>. Acesso em 10jul2013.

JOCA, Alexandre Martins. Diversidade sexual na escola: um problema posto à mesa. 2008. 184f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. Revista Educação On-line, PUC – Rio, n. 10, p. 64-83, 2012. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.pucrio.br/rev_edu_online.php?strSecao=inputo>. Acesso em: 10jun2013.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. Identidade Racial e Trajetórias de Docentes do Ensino Superior. In: 35 Reunião da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). Porto de Galinhas – PE, 21 a 24 de outubro de 2012.

LISPECTOR, Clarice. Um sopro de vida: pulsações. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

PERSEU ABRAMO, Fundação. Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e respeito às diferenças sexuais. Pesquisas de Opinião Pública. Publicado em 12/02/2009. Atualizado em 05/03/2009. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/apresentacao-4>>. Acesso em: 3mar2012.

QUARTIERO, Eliana Teresinha. A diversidade sexual na escola: produção de subjetividade e políticas públicas. 2009. 146f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SILVA, Aline Ferraz da. Pelo sentido da vista: um olhar gay na escola. 2008. 89f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

SILVA, Aline; VIEIRA, Jarbas. Pelo sentido da vista: um olhar gay na escola. Currículo sem Fronteiras, v. 9, n. 2, p.185-200, jul.-dez., 2009.

SOVIK, Liv. Por que eu tenho razão: branquitude, Estudos Culturais e a vontade de verdade acadêmica. Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura, v. 3, n. 2, p. 159 - 180, jul.-dez., 2005.

SPARGO, Tamasim. Foucault e a teoria queer. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: UFJF, 2006.